

HANNAH ARENDT: DA IDEOLOGIA POLÍTICA BURGUESA DA CONCEPÇÃO DE REVOLUÇÃO À DETURPAÇÃO DO PENSAMENTO DE MARX

Adriano José Borges*

Analisaremos aqui a concepção de revolução da filósofa Hannah Arendt (1906-1975) e sua deturpação da concepção marxista de revolução. Tomaremos como referência a obra *Da revolução*, de Hannah Arendt. A filósofa alemã busca nas duas grandes revoluções do século XVIII, a Revolução Americana e a Francesa, a fundamentação para o seu conceito de revolução. A busca da liberdade é a característica fundamental para designar um processo revolucionário, acepção dessa autora. Essa ideia, segundo Arendt, foi possível a partir das revoluções do século XVIII, no combate ao antigo regime que barrava a participação do povo sem liberdade de decidir sobre a sua vida.

Assim, a liberdade, para Arendt, está ligada à tomada de decisões políticas, favorável à ideia de um governo representativo e o seu papel de “promover a felicidade da sociedade, o único objetivo legítimo do bom governo” (ARENDR, 1988, p. 103). A autora utiliza a comparação das duas revoluções, Revolução Francesa e Americana, para formar o seu conceito. Vejamos a seguir. Primeiro, a autora inicia a sua abordagem através da origem da palavra. Segundo ela,

A palavra revolução foi originalmente um termo astronômico, que cresceu em importância nas ciências naturais com o *De revolutionibus orbium coelestium* de Copérnico. Nesse emprego científico, o vocábulo reteve seu preciso significado latino, designando o movimento regular, sistemático e cíclico das estrelas, o qual, visto que todos sabiam que não dependia da influência do homem e que era, portanto, irresistível, não era certamente caracterizado nem pela novidade, nem pela violência. Ao contrário, a palavra indica claramente uma recorrência, um movimento cíclico; é a perfeita tradução latina de *Políbio*, um termo que também teve origem na astronomia e foi usado metaforicamente no campo da política. Se era usado nos assuntos humanos sobre a terra, só poderia significar que as poucas formas conhecidas de governo giram entre os mortais em eterna recorrência, e com a mesma força irresistível que faz com que as estrelas sigam suas trajetórias preestabelecidas no espaço. Nada poderia estar mais distanciado do significado original da palavra revolução do que a ideia que se apoderou obsessivamente de todos os revolucionários, isto é, que eles são agentes num processo que resulta no fim definitivo de uma velha ordem, e provoca o nascimento de um novo mundo. Se o caso das revoluções modernas

*Graduado em História pela Universidade Estadual de Goiás

fosse tão nítido como uma definição didática, a escolha da palavra revolução seria ainda mais intrigante do que realmente é. Quando, de início, a palavra desceu dos céus e foi introduzida para descrever o que acontecia na terra entre os mortais, apareceu claramente como uma metáfora, transportando a noção de um movimento eterno, irresistível e sempre recorrente às oscilações aleatórias, aos altos e baixos do destino humano, que haviam sido comparado ao nascer e ao pôr do sol, da lua e das estrelas, desde tempos imemoriais (ARENDE, op. cit., p. 34).

Assim, uma palavra que dava sentido a fenômenos naturais passa a ser empregado para designar um fenômeno político. A revolução francesa e americana dará outro significado à palavra revolução. A ideia de mudança, de inovação passa a fazer parte dos acontecimentos revolucionários. É nesse sentido que as revoluções tornam-se parte, segundo Arendt das ações humanas. Para a autora, a Revolução Francesa é oposta à Revolução Americana, a primeira enfoca a necessidade como processo revolucionário e a segunda a liberdade. Segundo ela, as ações que os homens participantes da Revolução Francesa desempenharam impossibilitaram o reconhecimento de seu papel na história e na transformação da política. Na Revolução Americana ocorreu o contrário, o homem se tornou “senhor de seu destino”, o papel da predestinação ligada à religião puritana favoreceu a ação humana e o seu reconhecimento na luta pela liberdade. Essa situação, segundo Arendt, ocorreu devido às diferenças das duas revoluções: uma social, Revolução Francesa, e a outra liberal, Revolução Americana, e a finalidade que tiveram as suas ações, a Revolução Francesa teve na necessidade do povo o fator primordial de suas ações, já a Revolução Americana teve na busca da liberdade o fator do processo revolucionário.

Para Arendt, a Revolução Francesa possibilitou uma nova abordagem da filosofia, que passou a ser ligada à história a partir da revolução, deixou de ser abstrata e especulativa, passou a fazer parte do estudo dos acontecimentos e das ações humanas: a filosofia transformou-se numa teoria dos assuntos humanos. Além de transformar a filosofia, a história da Revolução Francesa agiu sobre o significado do termo da revolução. Segundo Arendt, a busca pela necessidade e não pela liberdade política na França destruiu o papel revolucionário. Para a autora, a necessidade da população miserável se impôs à liberdade política na Revolução Francesa,

A direção da Revolução Americana permaneceu comprometida com a implantação da liberdade e o estabelecimento de instituições duradouras, e, àqueles que atuavam nessa direção, nada era permitido que estivesse fora do âmbito da lei civil. O rumo da Revolução Francesa foi desviado desse curso original, quase desde o início, pela urgência do sofrimento; isso foi ocasionado pelas exigências de libertação não da tirania, mas da necessidade, e

impulsionado pelas ilimitadas proporções da miséria do povo e pela piedade que essa miséria inspirava (ARENDDT, op. cit., p. 73).

Segundo a autora, o grande problema da Revolução Francesa foi limitar-se na busca da necessidade e posteriormente no sentimentalismo e na compaixão representada por Robespierre. “A guerra contra a hipocrisia e a corrupção transformou a ditadura de Robespierre no Reinado do Terror” (ARENDDT, op. cit., p.78). No caso da Revolução Americana, a compaixão está longe de se estabelecer como processo revolucionário, mais a prosperidade e o enriquecimento que fizeram parte do seu processo do que a necessidade. Para a autora, a ideia de abolir a pobreza na América surge com os próprios imigrantes que vieram do velho mundo. A busca pela prosperidade e pelo enriquecimento no novo mundo, ligada à ideologia da predestinação, serviu de base para a liberdade política, fruto da Revolução Americana. Esses acontecimentos favoreceram, segundo Arendt, a busca pela liberdade. Assim, a revolução, para Arendt, só é possível quando a luta da sociedade está vinculada a essa liberdade.

E desde que a noção corrente no mundo livre é de que é a liberdade, e não a justiça, nem a grandeza, e nem a necessidade, o critério mais alto para o julgamento de constituições de corpos políticos, não é apenas o nosso entendimento de revolução, mas nossa concepção de liberdade, nitidamente revolucionária em sua origem, que pode medir até que ponto estamos preparados para aceitar ou rejeitar essa coincidência (ARENDDT, op. cit., p. 34).

Desta forma, fundamenta-se a ideia de revolução da autora, totalmente liberal. Por conseguinte, Arendt aborda as famosas leis dos direitos humanos na França como não pertencentes ao corpo político e a divisão de poderes na Revolução Americana como proteção de uma possível tirania, “o equilíbrio do poder é fundamental para produzir a liberdade de decidir o melhor para a sociedade”(ARENDDT, op. cit. p.123). Assim, o governo limitado torna-se essencial na manutenção das liberdades individuais, segundo a autora. Esse é o papel do governo após a revolução, proteger as liberdades individuais da população.

Essa é a concepção de governo e revolução de Arendt. Entretanto, a autora comete diversos equívocos que serão analisados a seguir. A concepção de Arendt de revolução originada pela busca da liberdade tem como influência dois pensadores liberais, John Locke e John Adams. O primeiro, na defesa da propriedade e a liberdade individual do século XVII e, o segundo, na formação de um novo homem na América pertencente à própria Revolução Americana. “É claro que reflexões sobre o novo continente, que deram origem ao novo homem, tais como as que já citei, de

Crevecoeur e John Adams, e que podiam ser encontradas em inúmeros outros e menos destacados escritores...” (ARENDR, op. cit., p. 37).

A influência de John Locke e John Adams e a defesa da Revolução Americana sistematizam no pensamento da autora a concepção liberal da revolução. Essa análise pode ser aprofundada na abordagem sobre o papel do governo. Para a autora, o governo deve exercer um papel limitado através do equilíbrio do poder. Essa ação favorece as liberdades individuais e protege a população da tirania. São essas características de governo que John Locke defende,

... a única maneira pela qual alguém se despoja de sua liberdade natural e se coloca dentro das limitações da sociedade civil é através de acordo para com os outros homens para uma vida confortável, segura e pacífica, desfrutando com segurança de suas propriedades (LOCKE, 1994., p. 139).

O equilíbrio do governo, segundo Arendt, é a defesa da liberdade individual e, para John Locke, o equilíbrio do governo produz a defesa da vida e das propriedades. Nesse caso, as concepções de governo dos dois pensadores se aproximam. No entanto, o problema encontrado no pensamento de Arendt não se refere somente à sua concepção e sim suas abordagens sobre a Revolução Americana e Francesa. Primeiramente, a análise negativa da Revolução Francesa e a deturpação que a autora faz da teoria marxista sobre o conceito de revolução. Arendt afirma sobre isto que o conceito de revolução em Marx está ligado somente à questão social. Segundo a autora, Marx se preocupava mais com a história do que com a política (liberdade), por isso, ele foi o culpado pela deturpação do conceito de revolução. Voltaremos a falar sobre esse assunto mais a frente, somente cabe afirmar que essa visão de Arendt não tem nenhum sentido com a concepção de revolução em Marx. Ao analisar a necessidade como problema da revolução, Arendt nega o contexto histórico da Revolução Francesa e sua totalidade abstraindo as condições reais das causas da revolução.

Para a autora, a população miserável foi culpada pela Revolução Francesa não seguir o caminho da Revolução Americana, a compaixão e a piedade dos governantes com o povo desviaram o caminho da revolução. Ora, a autora, ao abordar a Revolução Francesa, coloca as condições materiais como algo negativo. Porém, são essas condições materiais formadas pela luta de classes que produz a história. Segundo Marx:

A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e

servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária, da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta (MARX, 1998, p. 20).

Assim, a história é fruto das relações de classes e a Revolução Francesa foi fruto dessa história. Os diversos levantes da população miserável possibilitaram a queda do antigo regime e a ascensão da burguesia ao poder que predomina nos dias atuais com a sua exploração sobre a classe trabalhadora.

Outro problema que podemos visualizar na concepção de revolução de Arendt, é a deturpação das ideias de Karl Marx sobre a revolução. Para a autora, Marx foi o grande culpado da mudança de significado do termo revolução, foi a sua obra que transformou o conceito de revolução, ligado à liberdade política, desde a luta contra o antigo regime, para o conceito de liberdade contra a exploração (necessidade). Isso foi possível, segundo a autora, porque Marx estava ligado mais à história do que à política. Na verdade, a busca da revolução de Arendt está vinculada ao passado, à luta da liberdade política burguesa contra o absolutismo.

Arendt ao tratar o pensamento de Marx ligado à história separado da política, nega a própria concepção de totalidade de Marx, que tem como pressupostos que as ações humanas são fruto de suas relações sociais nas suas múltiplas determinações que compõem um todo. Assim, como a teoria da totalidade para explicar o todo, sem separar e colocar as partes como autônomas (abstração), o pensamento de Marx também analisa a história sem separá-lo do político. Arendt, ao criticar Marx, não compreende a totalidade de seu pensamento e muito menos a concepção materialista da história e o método dialético. Portanto, a crítica de Arendt sobre Marx não passa de uma deturpação que a própria Arendt faz sobre a concepção marxista.

... seja como for, não há dúvida de que o jovem Marx convenceu-se de que a razão pela qual a Revolução Francesa falhara em instituir a liberdade foi porque fracassou em resolver a questão social. Daí ele concluir que liberdade e pobreza eram incompatíveis (ARENDR, op. cit., p. 49).

Para Arendt, esse foi o papel de Marx. Ora, o problema é que a autora não consegue perceber que a liberdade entre os homens não se cria sem que as necessidades estejam superadas. A exploração e a dominação das classes subordinadas é a própria negação da liberdade; logo, concreta e logicamente, não pode haver

liberdade enquanto as relações sociais se assentarem na exploração e na dominação de uma classe sobre as demais. A liberdade é fruto da igualdade de condições, por isso, Marx afirma a emancipação humana, livre de toda a forma de exploração. Somente nesse sentido que se pode falar de liberdade. Por conseguinte, a autora analisa o problema da necessidade como assuntos técnicos.

... o problema da pobreza não deve ser resolvido através da socialização e do socialismo, mas através de meios técnicos; pois a tecnologia, ao contrário da socialização, é na verdade, politicamente neutra; nem prescreve e nem exclui qualquer forma de governo (ARENDRT, op. cit. p. 52).

Ora, na sociedade capitalista a tecnologia encontra-se nas mãos da burguesia e não pertence à classe trabalhadora. Nesse sentido, a tecnologia passa a fazer parte das relações sociais, ela é produto dessas relações e está a serviço da sua reprodução, portanto ela pertence aos meios de exploração de uma classe sobre a outra. A sua criação na sociedade capitalista não é neutra, ela é fruto de recursos destinados a aumentar o processo de produção e reproduzir a exploração sobre a classe trabalhadora. Portanto, ao afirmar que a tecnologia não pertence a nenhuma forma de governo e é excluída dos meios políticos, a autora demonstra a limitação da sua consciência de classe, que está a serviço da legitimação ideológica da dominação burguesa, ela expressa a sua perspectiva de classe e seus valores. Nesse aspecto, a concepção de Arendt expressa a ideologia política burguesa, na forma de “filosofia” política.

Por conseguinte, a ideia principal da autora sobre a revolução está ligada à liberdade. Essa liberdade foi possível, segundo Hannah Arendt, por existir na América um homem novo, produtor de seu destino. Assim, esse novo homem produziu a liberdade política, posteriormente surgiu um governo limitado pelo seu poder favorável à manutenção das liberdades individuais. Entretanto, na história da Revolução Americana esse novo homem pertencia à população livre, eram excluídos desse processo toda a população escrava, a qual nos EUA manteve-se em maior número.

Assim, a ideia de liberdade política pertenceu na América apenas a alguns grupos seletos, fugindo de uma liberdade de toda a sociedade. Como acontece atualmente sob os governos representativos, a liberdade de escolha do presidente, do governador, dos políticos em geral existe como forma ideológica favorável à classe dominante. A ideologia da representação foi a forma “democrática” para a perpetuação da burguesia no poder. Essa é a concepção de revolução de Hannah

Arendt que não corresponde aos interesses da classe trabalhadora e sim aos da classe burguesa.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. *Da Revolução*. Brasília: UnB; São Paulo: Ática, 1988.

LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo civil*. Tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.

MARX, K. *A guerra civil na França*. Tradução de Eduardo Chitas. São Paulo: Expressão Popular, 2008. Coleção: Assim lutam os povos.

_____. “Carta circular a A. Bebel”. Disponível em: <http://www.marxists.org/espanol/m-e/1870s/1879circu.htm>. Acessado em: 22 de julho de 2010.

_____. *Crítica ao Programa de Gotha*. Disponível em: file:///C:/site/livros_gratis/gotha.htm. Acessado em: 27 de julho de 2010.

_____. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. Tradução de Silvio Donizete Chagas. 6ª ed. – São Paulo: Centauro, 2008.

_____. *Para a crítica da economia política*. Do *Capital*. Tradução de Edgar Malagodi. 2ª ed. – São Paulo: Nova Cultural, 2005.

_____. “Prefácio a contribuição da crítica da economia política”. In: _____. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Tradução de Edgar Malagodi. 3ª ed. – São Paulo: Nova Cultural, 2006.